

RESULTADOS DA XV REUNIÃO DA COMISSÃO DE VIZINHANÇA E INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA COLÔMBIA - BRASIL

MSc Marconde Noronha*

Entre 21 e 23 de agosto de 2013, na cidade de Letícia, Colômbia, aconteceu a XV Reunião da Comissão de Vizinhança e Integração Fronteiriça entre o Brasil e a Colômbia. O evento contou com a presença de autoridades representantes dos Ministério de Relações Exteriores – MRE de ambos os países. O Governo do Amazonas teve sua participação por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN, mais especificamente através do Núcleo de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Amazonas – NIFFAM, vinculado à Secretaria Executiva Adjunta de Relações Internacionais.

Trata-se de uma reunião plenária consecutiva da Comissão e dos seus Grupos de Trabalho, que se iniciou com a VII Reunião do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente. O Embaixador Mauricio Dorfler, Diretor Executivo da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), fez apresentação sobre os princípios, âmbito de atuação e eixos de ação da organização, destacando o caráter sul-sul da cooperação amazônica. Discorreu, ainda, sobre projetos da Organização. Comentou o relançamento da OTCA, conforme estipulado por Declaração dos Chefes de Estado (Manaus, 2010), de modo a buscar projeção conjunta dos países membros frente aos desafios internacionais.

A parte colombiana manifestou o interesse em conhecer os trâmites legais no Brasil necessários para aproveitamento florestal. Também se enfatizou a necessidade de alcançar coordenação entre ambos os países para controle e vigilância. A parte brasileira se dispôs a transmitir a legislação pertinente, ademais de buscar formas de operacionalizar esse objetivo.

Os representantes das autoridades pesqueiras e ambientais de ambos países manifestaram seu interesse em ampliar contatos e troca de informações. As discussões nesse tema se concentraram, inicialmente, em espécies pesqueiras de maior impacto comercial, como bagre e pescados de escama, assim como o desenvolvimento de alternativas ao uso de boto e jacaré açú como isca. Acordou-se compartilhar informações técnicas e jurídicas relativas a defeso, tamanhos mínimos e lista de recursos pesqueiros – entre outros que venham a ser identificados – antes da realização da reunião não presencial.

Foi enfatizado que, na reunião anterior do GT de Meio Ambiente, se discutiu a necessidade de coordenar o manejo de recursos hídricos. Manifestaram satisfação a respeito capacitação de técnicos colombianos nas áreas de monitoramento hidrológico, o qual será executado pela Agência Nacional de Águas (ANA) e Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (IDEAM). As partes reafirmaram a importância de aprovar o projeto o mais breve possível.

Foi acordado que no tema aterramento e contaminação de córregos fronteiros serão tomadas ações por parte das autoridades competentes. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Tabatinga informou que já solicitou providências quanto ao aterramento indevido de córregos fronteiros, que afetou a população de 12 bairros de Letícia. Por parte de Colômbia, se estimulará a implementação do “Plan Maestro de Acueducto y Alcantarillado” de Letícia. A parte brasileira entregou aos homólogos colombianos Plano de Saneamento de Tabatinga, o qual está em fase final de aprovação pelas autoridades, com vistas a liberação de recursos para as obras.

A delegação colombiana fez apresentação sobre mineração ilegal. Mostrou interesse em trocar informações e avaliar a possibilidade de realizar ações conjuntas contra a mineração ilegal. As partes concordaram com a criação de uma mesa técnica temática, no marco da Comissão de Vizinhança, que se reunirá, presencial ou virtualmente, sob coordenação das chancelarias, e transmitirá seus resultados nas reuniões posteriores da Comissão de Vizinhança. Para desenvolver essa iniciativa, o Governo da Colômbia colocará para a consideração do Governo do Brasil, temas, entidades participantes e data para uma primeira videoconferência exploratória sobre a matéria, a ser realizada tentativamente em outubro próximo.

A III Reunião do Grupo de Trabalho de Navegabilidade se encarregou de estudar as condições de navegabilidade na zona de fronteira do Rio Amazonas/Solimões. A parte brasileira apresentou experiências em modelagens e intervenções em hidrovias. O representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), informou sobre a contratação de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para identificar as necessidades da região e as futuras intervenções de engenharia no rio Amazonas/ Solimões. A parte colombiana apresentou os avanços do estudo de atualização e complementação sobre a problemática da sedimentação do Rio Amazonas/Solimões. Informou que os resultados finais do estudo estarão disponíveis ao fim deste ano. A Colômbia enviará nota verbal solicitando o uso de instalações portuárias e aduaneiras habilitadas na cidade de Tabatinga na época de seca, quando o porto de Letícia não esteja operável. O Brasil avaliará a possibilidade de realizar estudos hidromorfológicos no Rio Amazonas no trecho entre Tabatinga e Benjamin Constant.

Quanto à comunidade Quebrada Santo Antônio, que fica bem na linha de fronteira e constitui um assentamento precário foi acertado o reassentamento de famílias por parte de cada um dos países, a recuperação ambiental conjunta da área e a elaboração, por autoridades locais, com acompanhamento dos respectivos Ministérios de Relações Exteriores, de projeto conjunto de parque temático na área, levando em consideração projetos similares aos quais foram destinados recursos por organismos internacionais. Para o desenvolvimento dessa proposta, a “Gobernación de Amazonas”, por parte da Colômbia, convocará, no mês de outubro, as entidades envolvidas neste tema nos diferentes níveis de governo.

Durante a Comissão, também foi realizada a II Reunião do GT de Assuntos Indígenas. A delegação colombiana apresentou ao final da reunião uma proposta de regulamento para este grupo, com o propósito principal de institucionalizar a participação de representantes das organizações indígenas de fronteira e construir uma agenda binacional sobre assuntos indígenas, sobre a qual o documento inclui propostas iniciais. A parte brasileira se comprometeu a analisar a proposta colombiana e a reagir o mais rápido possível. Acordou-se a formulação dos seguintes projetos binacionais: Intercâmbio de informação sobre legislação em matéria educativa e cultural; Políticas para revitalização das culturas e línguas nativas; Multilinguismo em contexto educacional; Enfoque diferenciado para educação superior, técnica, tecnológica e educação não-formal; Modelos pedagógicos e educação indígena; Formação de docentes indígenas; Produção de materiais de leitura e desenvolvimento de coleções binacionais; Fortalecimento aos processos de comunicação indígena.

Se discutiu também a necessidade de criar um espaço conjunto para a análise de políticas públicas para indígenas em isolamento voluntário. A parte colombiana aceitou convite para realizar visita técnica por parte do Ministério da Educação colombiano ao Brasil, para conhecer modalidades de educação para povos indígenas em contato inicial. A parte brasileira expôs projeto de capacitação para criação, produção e comércio de peixes nativos por mulheres Tikunas. O projeto envolveria entidades governamentais do Brasil, Colômbia e Peru, com recursos da FAO. Ressaltou-se, ainda, considerar que o projeto poderá servir de modelo para encaminhamento, a entidades financiadoras internacionais, de projetos bilaterais identificados e desenvolvidos no marco da Comissão de Vizinhança a partir de diagnóstico das necessidades locais. A parte colombiana se comprometeu a revisar o projeto e manifestar sua posição.

A delegação da Colômbia apresentou proposta de acordo binacional para facilitar a concessão de dupla nacionalidade aos povos indígenas que compartilham o território fronteiriço. A delegação brasileira manifestou que submeterá a proposta às suas autoridades e expôs a legislação referente a registro civil no Brasil. Foi destacado que a região conta com numerosas comunidades que permanecem indocumentadas. Foi proposta a organização de missões binacionais voltadas a ampliar o acesso a documentação civil básica dessas populações.

Os secretários de Turismo de Tabatinga e Letícia definiram quatro pontos de interesse comum: Diagnóstico do turismo local; Revisão e socialização de normas sobre segurança fluvial e transporte de passageiros; Promoção de corredor turístico Letícia-Tabatinga-Manaus durante o ano da Copa do Mundo/2014; Facilitação de trânsito do turista. As autoridades locais ressaltaram a necessidade de convidar autoridades do Peru para essa iniciativa. As partes concordaram em

encaminhar as propostas às autoridades nacionais de turismo e determinar uma data para uma reunião de coordenação com caráter urgente, devido.

O representante do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA) da Colômbia apresentou avanços sobre as seguintes iniciativas que essa instituição adianta no âmbito bilateral, em coordenação próxima com instituições brasileiras: convênio com o Instituto Brasil-Colômbia (IBRACO) para formação de 50 funcionários e 50 técnicos para capacitar futura oferta de cursos de português em 3 níveis e convênio com Instituto Federal do Amazonas – IFAM a ser assinado brevemente, que comportará cooperação para intercâmbio de alunos, instrutores, equipamentos; promoção de talentos na área de fronteira; desenho de currículo para emissão de certificação conjunta. A representante do Instituto Federal do Amazonas (IFAM)/ Campus Tabatinga solicitou maior celeridade para aprovação a nível ministerial de termo de cooperação técnica entre SENA e IFAM, para desenvolvimento de atividades de educação, ciência e tecnologia.

O Governador do Departamento de Vaupés propôs a realização de reunião com autoridades de São Gabriel da Cachoeira, antes da próxima reunião da Comissão de Vizinhança, com foco na superação de desigualdade para povos indígenas. Listou, também, as seguintes propostas de interesse do Departamento: elaboração de metas regionais de saúde; transferência de tecnologia e capacidade de pesquisa de problemas de saúde na região amazônica; criação de metas regionais para eliminação e controle de enfermidades; desenvolvimento de estratégias comuns para prevenção de patologias; intercâmbio de docentes (bilinguismo); intercâmbio de estudantes de ensino profissional; convite a eventos tradicionais indígenas em Mitú e São Gabriel da Cachoeira; comércio: insumos, ferramentas e material de construção; importação de alimentos para consumo humano e animal; interconexão viária: multimodal; utilização do aeródromo de Yauaretê (Brasil); Estrada Mitú-Monforth-Pira Paraná; interconexão elétrica: Yauaretê e Bocas de Querari.

Em conexão com estes temas, o Ministério de Transporte de Colômbia, por meio do Vice-Ministério de Infraestrutura apresentou uma proposta de uso temporário do aeródromo de Yauaretê, no Brasil, com o propósito de garantir serviço adequado as comunidades da área de fronteira, velando pela segurança aeroportuária, enquanto se planeja e executa intervenções necessárias no aeródromo da localidade de Yauaretê por parte do Departamento. Sobre as propostas do Departamento de Vaupés e o tema do aeródromo de Yauaretê, Colômbia transmitirá essas solicitações por via diplomática para consideração das autoridades brasileiras competentes.

* Prof. Marconde Noronha É Coordenador na SEPLAN/AM do Núcleo de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Amazonas (NIFFAM), professor de Economia da Faculdade FUCAPI. Autor de livros didáticos de Geografia do Amazonas desde 1995. É Mestre em Desenvolvimento Regional - UFAM, Especialista em Gestão Estratégica e Qualidade - Universidade Cândido Mendes (RJ), Bacharel em Economia e Licenciatura em Estudos Sociais – UFAM. Foi diretor de Desenvolvimento Regional da SEPLAN (2006 a 2013), professor de geografia do La Salle (1986-2003) e da UNIP (2004 a 2012).